

A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico.

Arthur Bernady Santana *¹

Resumo: Este trabalho pretende analisar o recente processo de ocupação ocorrido nas três últimas décadas do século XX no estado de Mato Grosso. Para compor nossa narrativa o espaço selecionado diz respeito à parte norte do estado, sobretudo, o território cortado pela BR-163. Abordamos nosso objeto a partir da política de segurança nacional, em que as medidas tomadas pelos governos militares possibilitaram a rápida ocupação da região. No decorrer de nossa narrativa os aspectos referentes ao ambiente de fronteira, e à multiplicidade ganham maior destaque. Para desenvolvermos nosso trabalho procuramos atentar para as questões políticas, econômicas e sociais da sociedade do período, sobretudo, o processo de migração que ocorreu a partir da década de 1970. Naquele momento Mato Grosso recebeu o maior fluxo de migrantes em seu território, resultando em um crescimento muito elevado da população do estado.

Palavras-chave: Mato Grosso – Governos Militares – BR-163.

Résumé: Ce travail prétend analyser le récent processus d'occupation produite dans les trois dernières décennies du siècle XX dans l'état de Mato Grosso. Pour composer notre récit l'espace sélectionné dit respect à la partie nord de l'état, surtout, le territoire coupé par la BR-163. Nous abordons notre objet à partir de la politique de sécurité nationale, où les mesures prises par les gouvernements militaires rendent possible la rapide occupation de la région. Pendant notre récit les aspects afférents à l'environnement de frontière, et à la multiplicité gagnent plus grande prééminence. Nous pour développer notre travail cherchons à attenter pour les questions politiques, économiques et sociales de la société de la période, surtout, le processus de migration qui s'est produite à partir de la décennie de 1970. Au ce moment Mato Grosso a reçu le plus grand flux de migrants sur son territoire, en résultant dans une croissance très élevée de la population de l'état.

Mots-clé: Mato Grosso – Gouvernements Militaires – BR-163.

1 * Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, bolsista Capes.

O espaço² que percorro neste trabalho, está situado na Amazônia de Mato Grosso, ou Amazônia Legal³. Enfoco especificamente a área cortada pela BR-163, rodovia que liga Cuiabá, em Mato Grosso à cidade de Santarém, no Estado do Pará. Esta estrada percorre 800 km em território mato-grossense.

No entanto, é importante salientar que esse espaço amazônico quando é pensado em termos de vegetação (a Floresta Amazônica) ultrapassa as fronteiras do país. Portanto, ao tratarmos da Amazônia precisamos considerar o aspecto simbólico atribuído a essa região⁴, com suas diversas nações indígenas, seus fluxos de migrações, suas fronteiras, os signos que esse espaço emite no imaginário da população, entre outras especificidades.

O processo de ocupação da Amazônia muitas vezes “se fez em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional” (BECKER, 2004, p. 117). Mas é a partir de 1960 que o processo de (re) ocupação passa a ser feito de forma contínua tanto no tempo quanto na extensão do território. Naquele momento o comando da ocupação passa ao controle do Estado brasileiro, através da política de integração nacional.

A partir do governo de Castelo Branco (1964-1968), a Amazônia deixou de ser uma região pensada a partir de cogitações, para ser pensada e planejada estrategicamente a partir do governo central, que criou planos, programas, superintendências para executar os planos no espaço amazônico. Com esse objetivo o governo lança mão do que se denominou “Operação Amazônia”, um complexo de leis e medidas administrativas, visando promover a definitiva integração da região ao contexto sócio-econômico nacional.

Dela compreenderam as Leis n.º 5.122, de 28 de setembro de 1966, reestruturando o Banco da Amazônia S.A. [...] n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, transformando a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a missão precípua de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia; e 5.174, de 27 de outubro de 1966, concedendo incentivos fiscais em favor da região amazônica. (AMAZÔNIA, 1969, p. 9).

2 O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. (Apud. SANTOS, 2008, p. 28)

3 Criada a partir do Plano de Valorização da Amazônia, no governo de Getúlio Vargas, em 1953.

4 Conceitualmente a região é uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como os municípios, que apresentam grande uniformidade interna e grandes diferenças em relação a outros conjuntos. (BEZZI, 2004, p. 170).

Tanto o BASA, quanto a SUDAM tinham como objetivos estimular os projetos de ocupação da Amazônia, tornando assim atrativa economicamente a ocupação para aqueles que pretendiam empreender projetos na região.

Em 16 de junho de 1970, através do decreto lei nº. 1.106, foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN). A criação desse programa é um marco da ação mais ostensiva do Governo Federal sobre a região Amazônica. O PIN previa três diretrizes importantes para serem implantadas:

1. Abertura de duas rodovias na Amazônia:
 - A rodovia Transamazônica (ligando o Nordeste e Belém-Brasília à - Amazônia ocidental – Rondônia e Acre)
 - A rodovia Cuiabá-Santarém, ligando o Estado de Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas.
2. A implantação, em uma faixa de terra de 100 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase de irrigação do Nordeste;
3. Transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa. (Apud OLIVEIRA, 2005, p. 77) ⁵

Naquele momento houve uma efetiva ação do Estado para incorporar o “vazio” amazônico aos centros desenvolvidos do Brasil. A análise da construção da BR-163 pode contribuir para compreender alguns aspectos desse processo. A começar pelo que foi denominado de “vazio”.

Esse “vazio”, ao qual os textos e discursos dos governos militares se referem, nega a existência de mais de 170 nações indígenas, desconhecendo que esse território era terra de ocupação antiga, que abrigava posseiros, garimpeiros, populações quilombolas, entre outros indivíduos. A política dos governos militares para a Amazônia, utilizou o lema “ocupar para não entregar”, como se aquela imensa região fosse um “vazio demográfico”.

Essa política de ocupação da Amazônia pós 1970, foi pensada e gerada a partir da “Doutrina de Segurança Nacional”⁶, que pensava o espaço amazônico num contexto

5 Logo após o decreto-lei que criou o PIN, foi criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como resultado da fusão econômica do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) com o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), pelo Decreto-lei nº. 1110, de 09 de julho de 1970. O INCRA ficava encarregado de executar a colonização disposta pelo PIN.

6 O golpe e a manutenção do regime militar de 1964 estão inscritos na Doutrina de Segurança Nacional. Tal doutrina é originária dos EUA, nascida do antagonismo Leste-Oeste, do período da Guerra Fria. A Doutrina de Segurança Nacional fornece a estrutura necessária à instalação e a manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social. Em tese, a DSN é uma simplificação do homem e seus problemas humanos. Nesse sentido, a guerra e a estratégia tornam-se única realidade e a resposta a tudo. Os fundamentos dessa doutrina têm suas origens na noção de segurança coletiva que se inscreve na concepção de uma segurança hemisférica enunciada pela Doutrina Monroe, de 1823. (Apud. BORGES, 2003, p. 24)

internacional, dentro de um contexto da geopolítica. Naquele momento as políticas dos governos militares utilizam o espaço físico da Amazônia com uma finalidade prática, aproveitando a grandeza do território, e o baixo índice demográfico, aliando essa nova ocupação para a manutenção da segurança, interna e externa. Os militares aproveitavam os aspectos positivos do espaço, e neutralizavam os negativos (BORGES, 2003, p. 26).

Um dos fatores determinantes para entendermos as medidas tomadas pelos governos militares para a ocupação dos “vazios” amazônicos, foi a segurança interna. A Amazônia foi utilizada como “portão de escape”, através dos projetos de colonização, para o esvaziamento dos conflitos no campo, tanto no Nordeste, quanto no Sul e Sudeste.

Entre as medidas tomadas pelos governos militares podemos citar o incentivo aos grandes projetos na Amazônia. Estes projetos chamam a atenção, pelo volume de verbas que o Estado disponibilizava para estes projetos, destacando-se as áreas de mineração, agropecuária e madeireira. Em 1970 o jornal *O Estado de Mato Grosso* noticia que, mais de um de bilhão de cruzeiros já haviam sido investidos na Amazônia, desde 1966. Deste montante o estado de Mato Grosso havia recebido 446,1 milhões de cruzeiros.⁷

Os investimentos destinados à Amazônia demonstram que entre 1966 e 1972 foram aprovados, em média, 44 projetos agropecuários e agroindustriais por ano, financiados pela SUDAM. Entre 1981 e 1984 esse número saltou para 55 projetos em média (JOANONI NETO, 2007, p. 22). Contudo, os projetos implantados nesse período demonstraram pouco retorno. Muitos deles apresentavam irregularidades, como os que se encontravam dentro do Parque Nacional do Xingu.

Nesse período, uma das medidas que o Estado toma é empreender grandes projetos de colonização na Amazônia, fazendo com que a luta pela terra não se transformasse em uma reforma agrária de fato. O Estado utiliza seu aparato para distribuir algumas terras, para não distribuir as terras de fato. Assim, a colonização dirigida pode ser entendida como uma “contra-reforma agrária” (IANNI, 1979, p. 67).

O estado de Mato Grosso nesse período tornou-se uma área estratégica para ser ocupada com agricultores de áreas de conflito e de modernização agrícola. O objetivo era esvaziar os conflitos no campo. No Nordeste, havia os fatores climáticos, e conflitos na zona da Mata. No Sul, o empobrecimento dos pequenos proprietários se intensificava, devido ao avanço da mecanização do campo, e da necessidade de capitalização. A pressão da agricultura

7 Investimentos na Amazônia: Mato Grosso beneficiado. *O Estado de Mato Grosso*, 06 jan. 1970. p. 1.

mecanizada e o programa do governo de rememoração dos lotes, tornavam cada vez mais difícil a sobrevivência dos agricultores minifundiários.

Para atender os anseios dessa parcela da população o Estado, aliado às empresas particulares de colonização, lançam mão de uma ostensiva propaganda que aponta a Amazônia como um espaço vazio a ser incorporado aos demais centros produtivos, e que estimulando os agricultores de áreas empobrecidas, a se tornarem colonos, nos projetos de colonização do INCRA e das cooperativas de colonização na Amazônia. O prêmio para os que aceitassem era a possibilidade de explorar as riquezas da Amazônia⁸.

Segundo dados do INCRA, responsável pela política de colonização, em 1981, cento e uma (101) empresas de colonização estavam autorizadas a funcionar no país, sendo que desse montante 42% estavam atuando no Estado de Mato Grosso, no período de 1970 a 1981. Considerando-se os registros de empresas de colonização cassados, essa porcentagem passa para 52% das empresas atuando em território mato-grossense.

No Estado de Mato Grosso foram contabilizados 75 projetos de colonização funcionando no período acima mencionado. Contudo, “o que é mais significativo, desses 75 projetos de colonização, 49%, aproximadamente, se desenvolveram, direta ou indiretamente, ao longo do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém” (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 145).

É importante frisar que a abertura da BR-163 propiciou não somente a efetiva ocupação do Norte de Mato Grosso, mas esse processo de abertura também é profundamente marcado por conflitos. As áreas desapropriadas para a implantação de projetos de colonização, muitas vezes já se encontravam tituladas.⁹ Os conflitos também atingiram as áreas de populações indígenas.

A ocupação da região Norte de Mato Grosso, fronteira com o Pará e território secular da nação indígena dos Kreen-akarôre, pelo avanço do capitalismo no campo foi marcada desde o início pela violência, pela luta e derramamento de sangue. Com a abertura da BR-163 diferentes grupos passam a disputar de forma desigual e com interesses diferenciados a permanência, a posse e a titulação destas terras: índios, posseiros, fazendeiros, garimpeiros, empresas mineradoras e colonizadoras, parceiros, grileiros e colonos. (PRETI, 1993, p. 11).

8 A respeito disso ver GUIMARÃES NETO, **A lenda do Ouro Verde**, especificamente os capítulos: “a colonização como missão”, e “colonização, trabalho e disciplina”. 2002.

9 A esse respeito ver a discussão feita por MORENO, em **Terra e Poder**, onde os conflitos pela posse da terra são demonstrados, e quantificados, sobretudo, pela ótica da corrupção. 2007

A abertura dessa rodovia em meio ao território Amazônico, transformou-se em uma verdadeira epopéia, sendo planejada e executada por dois batalhões de engenharia do exército. O Nono Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC) ficou responsável pelos quase 800 km de estrada em território mato-grossense, e o Oitavo Batalhão de Engenharia e Construção (8º BEC) estava encarregado da abertura da mesma rodovia no território paraense. Quando o 9º BEC se instalou na base aérea do Cachimbo, à altura do quilômetro 781, no momento da execução das obras da rodovia no sentido Norte-Sul, em direção ao rio Peixoto de Azevedo, a situação tomou um rumo diferente. Novas ações se delinearam e tomaram o vulto de maneira rápida e violenta ao mesmo tempo.

Á frente o embate com centenas de índios da nação dos Kreen-akârôre na tentativa de defenderem suas terras que estavam sendo invadidas; atrás, acompanhando a abertura da rodovia, grupos de garimpeiros atraídos pelo sonho do ouro e centenas de famílias de pequenos agricultores em busca da “terra prometida” (como posseiros ou como colonos) disputariam o espaço com grandes empresas agropecuárias e as mineradoras que também iriam se instalar nessas áreas “devolutas” estimuladas e favorecidas por incentivos fiscais do governo federal. (PRETI, 1993, p. 15)

Desse embate o saldo negativo ficou para os indígenas. Segundo Oreste Preti (1993, p. 23), “o fato é que dos possíveis 1.500 índios estimados pelos irmãos Villas-Boas restaram somente uns 135 membros quando, em janeiro de 1975, a FUNAI iniciou a remoção para o vizinho Parque do Xingu”.

Uma das questões que se torna fundamental discutir é o discurso empreendido pelos Governos Militares que transformaram a Amazônia, e conseqüentemente o estado de Mato Grosso, como área de *fronteira*. Esse espaço enquanto *fronteira* deve ser pensado e (re) discutido.

A partir do momento em que o termo “fronteira” aparece nos discursos oficiais, é difundido pelos meios de comunicação, utilizado (manipulado) para designar a expansão da sociedade nacional e a integração territorial. “O significado da fronteira não é dado. Embora represente ela a conquista de novos espaços, seu significado é reescrito em função do contexto histórico” (BECKER, 1988, p. 11).

“A fronteira é o pico da crista de uma onda – o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização” (TURNER, 2004, p. 24). Assim os diversos empreendimentos capitalistas – projetos de colonização, agropecuárias, agroindústrias, entre outros –

implantados ao longo da Cuiabá-Santarém fizeram com que o território mato-grossense fosse gerido como fronteira em expansão, com novas empresas, novas técnicas e relações de trabalho. Lembremos que a partir de 1964 a Amazônia tinha se transformado num imenso cenário de ocupação territorial massivo, violento e rápido. (MARTINS, 1979) Dessa forma “a fronteira representa e materializa um conjunto de fenômenos concretos e diferenciados, onde o Governo Federal se faz presente, direta ou indiretamente, em todos os níveis”. (CASTRO et. Al. 2002, p. 47).

Neste último quarto do século XX o estado de Mato Grosso não viu expandir apenas a fronteira agrícola, mas criou novas fronteiras internas, que em grande parte são o resultado dos projetos de ocupação recente. Os novos espaços, urbanos e rurais, são reveladores do ambiente que cerca a fronteira, demonstrando que é:

fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano .
(MARTINS, 1997, p. 13).

A recente ocupação do território mato-grossense, cortado pela BR-163, demonstra que a fronteira tomou novos contornos. Estamos falando de um espaço, onde a economia do estado é mais dinâmica. Onde se utiliza um discurso de progresso das novas cidades, oriundas de projetos de colonização, e onde o agro-negócio se faz presente. Estas cidades são apresentadas como a mola propulsora para a manutenção econômica do estado.¹⁰

Contudo, o que as políticas empreendidas pelos governos militares no território mato-grossense trouxeram, foi uma reformulação dos espaços. Exemplo disso é o espaço cortado pela BR-163, onde antes era área de especulação imobiliária, terra de posseiros, de garimpeiros. Hoje esses espaços transformaram-se em cidades, grandes fazendas, agroindústrias, áreas de queimada, retirada ilegal de madeira, e outras ilegalidades.¹¹

Nessas três últimas décadas do século XX o governo federal promoveu a integração do “vazio” Amazônico, à economia das demais regiões da federação. Para justificar esta política o mesmo governo demonstrou alguma preocupação com os problemas sociais que atingiam os

10 No entanto, esse discurso é muito mais uma forma de captura, que de fato uma base sólida de fatos. Basta um período de seca, ou umas chuvas fora de hora para o carro chefe da economia de Mato Grosso atolar, e haja incentivos fiscais para tirar o agronegócio do atoleiro.

11 As discussões feitas por ARBEX JR, em “**Terra sem povo**”, **crime sem castigo**, são bastante esclarecedoras para as problemáticas do meio ambiente. 2005

pequenos produtores rurais das regiões do Nordeste e do Sul do país. O governo federal, através de políticas de incentivos fiscais, abriu a Amazônia para projetos de ocupação ordenada, sob o controle e tutela do Estado.

No entanto, além dos incentivos fiscais e subsídios oficiais eram necessárias estradas e grandes rodovias. Para a execução dos projetos, a abertura da BR-163 era fundamental. Ao longo de seu percurso seriam instalados os projetos de colonização (para pequenos e médios produtores) e os projetos agropecuários (para atender os grandes empresários). Porém, o objetivo não era simplesmente de integrar os pontos mais distantes do país à economia e ao desenvolvimento do país. Para o governo federal as rodovias e os projetos de colonização faziam parte de um plano estratégico, visando a segurança e controle sobre todo o território nacional, para evitar focos de organização armada, guerrilhas e o movimento “espontâneo e rebelde” na ocupação de terras. (PRETI, 1993, p. 14).

Tais ações na verdade representavam medidas de controle e direcionamento dos fluxos migratórios, apresentando-se como uma estratégia para aliviar as tensões sociais geradas em regiões onde a questão da terra estava se tornando conflituosa. Tratava-se, pois, mais de uma questão de segurança interna, de colonização em detrimento da reforma agrária do que uma questão de segurança externa, de uma geopolítica inspirada na doutrina da defesa nacional.

Bibliografia

ARBEX JR., José. “‘Terra sem povo’, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia”. In: TORRES, Mauricio (org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005. p 21 – 65.

BASA. **Amazônia: instrumento para o desenvolvimento**. Belém, BASA, Departamento de estudos Econômicos, 1969.

BECKER, Bertha K. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In. MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. 2ª ed. rev. aum. – Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 115-140

_____. In. AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteira**. Brasília: EdUNB. Paris: DRSTOM, 1988.

BEZZI, Meri Lourdes. Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM. 2004.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In. FERREIRA, Jorge; ET DELGADO, Lucia de A. N. (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42.

CASTRO, Sueli Pereira, et. Al. **A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra reforma Agrária na Amazônia*. Coleção Sociologia Brasileira; vol. 11. Petrópolis: Vozes, 1979.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial; EdUFMT, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora HUCITEC. 1997.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso**: Política e Mecanismos de Burla | 1892 – 1992. Cuiabá – MT. Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Mauricio (org). **Amazônia Revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

PRETI, Oreste. Terra, Ouro e Sangue em Guarantã do Norte: 20 anos de luta pela terra. In. **Cadernos do NERU**/Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – ICHS – UMFT. n.º 1. Cuiabá, EdUFMT, 1993. p. 11-46

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia – 6ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

TURNER: Frederick Jackson. O significado da Fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org.) **Oeste americano** – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América. De Frederick Jackson Turner – Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça – Niterói: EdUFF; 2004.